

BRASIL E COLÔMBIA: LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPELINAS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA EM MEIO ÀS MUDANÇAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 A 1980

BRAZIL AND COLOMBIA: PEASANT STRUGGLES AND RESISTANCE IN THE CONTEXT
OF VIOLENCE IN THE MIDDLE OF SOCIAL, POLITICAL AND ECONOMIC CHANGES
BETWEEN THE 1930'S AND 1980'S

Maria Francisca Gomes de Sousa¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar conflitos extremos e armados ocorridos nos interiores de Brasil e Colômbia, fazendo um estudo comparado acerca da situação de violência na zona rural destes dois países. No qual serão apontados como agressores dos camponeses seus governos e seus aparelhos policiais tidos como repressores. Percebendo-se o impasse frente a política da Reforma Agrária e da batalha de interesses de uma elite agropecuária, e, demonstrando como estes elementos são preponderantes para o resultado final de enfrentamentos. O recorte temporal está entre as décadas de 1930 a 1980. Para este fim utilizar-se-á o método da História Comparada. Base teórica estudada: Clodomir de Santos Morais História das Ligas Camponesas no Brasil (1969) e German Guzman Campos, Orlando Fals Borda, Eduardo Umaña Luna em La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social.

Palavras-chave: Brasil; Colômbia; Violência; Camponeses.

Abstract: This work aims to present extreme and armed conflicts that occurred in the interior of Brazil and Colombia, making a comparative study about the situation of violence in the rural zone of these two countries. In which their governments and their police apparatuses, considered repressive, will be pointed out as aggressors of the peasants. Realizing the impasse facing the Agrarian Reform policy and the battle of interests of an agricultural elite, and demonstrating how these elements are preponderant for the final result of confrontations. The time frame is between the 1930s and 1980s. For this purpose, the Comparative History method will be used. Theoretical basis studied: Clodomir de Santos Morais História das Ligas Camponesas no Brasil (1969) and German Guzman Campos, Orlando Fals Borda, Eduardo Umaña Luna in La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social.

Keywords: Brazil; Colombia; Violence; Peasants.

¹ Pós-graduanda no Mestrado Profissional em História da Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins. Email: frangsma@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar os conflitos armados e extremos, vivenciados, pelo campesinato tanto do lado brasileiro como o do colombiano, situações estas que ganhará maior notoriedade entre as décadas de 1940 e 1950, mas, que começará a ser moldada a partir dos anos de 1930, nos quais, os dois países latinos irão passar por mudanças significativas em suas políticas governamentais, econômicas, sociais. Demonstrando uma situação semelhante, em um cenário que foi se moldando de acordo com os acontecimentos nacionais e internacionais, como a ocorrência da Guerra Fria. Percebendo que em meio a estes fatos, as inações ou pouquíssimas ações dos respectivos governos para resolução do problema de forma enfática colaboraria para agravamento com o passar do tempo, resultando em conflitos armados, num momento, em que estes mesmos países também passavam por uma mudança econômica gradual, a modernização da indústria, desencadeando uma transformação social, e saltando aos olhos as desigualdades estruturais existentes.

Nos países analisados percebeu-se que ocorreram processos semelhantes de lutas por parte dos camponeses que foram apoiados prioritariamente por militantes do Partido Comunista e por lideranças políticas simpáticas a causa da luta pela terra e como a atuação destes atores sociais provocaram mudanças significativas nos seus contextos históricos.

Para tanto iremos utilizar o método da História Comparada, esta, visa observar em um mesmo recorte temporal um ou mais aspectos específicos vivenciado por dois ou mais países, buscando, evidenciar semelhanças e diferenças de um mesmo problema. A História Comparada possibilita enxergar dois mundos, duas realidades que possuem um mesmo problema, mas que, no entanto, tiveram desfechos diferentes, permite ao pesquisador fazer descobertas singulares e pontuais e auxilia para que a academia “repense a própria história em seus desafios e em seus limites” (BARROS, 2007, pg. 3). Assim o método comparativo é importante para a compreensão e estudo das realidades vividas pelos camponeses na Colômbia e no Brasil entre as décadas de 1930 a 1980.

A Colômbia foi o primeiro país a ser estudado, e neste, o cenário apresentado demonstrou séria gravidade, pois, desde que o mesmo se tornou uma república e o bipartidarismo se consolidou, tendo como os dois únicos partidos da nação o Conservador e o Liberal, estes, não conseguiram apaziguar os conflitos existentes, a forma como a violência ocorreu, basicamente, foi vivenciado diariamente pelas pessoas de forma generalizada. No Brasil a violência ocorreu de maneira mais isolada, mas, também diária, não eliminando assim seu caráter repressivo e mortífero. Nos dois países os ataques aos camponeses ocorreram em muitos casos por parte de particulares interessados nas terras utilizadas pelos pequenos agricultores, onde, foi possível observar não haver uma proteção estatal para estes.

Como base teórica para estudos utilizou-se dois autores: Clodomir Santos Morais com o capítulo *Histórias das Ligas Camponesas do Brasil* (1969) em *Questões Agrárias no Brasil*. Neste, ele irá fazer um histórico das Ligas Camponesas, vista como um braço do partido Comunista, ela será de fundamental importância, pois irá atuar diretamente no meio rural e como enquanto existente ajudou no processo de luta para posse da terra por parte de posseiros, evidenciando assim, os principais líderes surgidos neste sentido e quais conflitos ocorreram.

Campos, Fals e Luna em *La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social* (1962), trataram de um processo histórico completo e complexo sobre a período conhecido como *La Violencia* na Colômbia. Na primeira, chamada de “História e Geografia da Violência” apresentou os antecedentes, a primeira e segunda onda de violência, e os Departamentos afetados. Na segunda “Elementos Estruturais do Conflito” apresentou os grupos que estavam em enfrentamento, os chefes das guerrilhas, a organização dos grupos armados com suas táticas e normas, suas manifestações culturais, sobre a morte e os crimes ocorridos, e a falência das instituições (Políticas, religiosas, econômicas, familiar, escolar até mesmo de recreação).

O presente estudo está dividido três subtítulos. O primeiro: Brasil e Colômbia: Contexto Político, Social e Econômico onde será apontado os elementos históricos em comum dos dois países e suas transformações nestes campos. O segundo: Colômbia entre 1940 e 1950. Os camponeses dentro da conjuntura da *la Violencia* e suas reações. O terceiro: Brasil entre 1940 e 1950. Os camponeses e seus mecanismos de luta. Em ambos, será necessário retornar em outros momentos de suas histórias nacionais e internacional para melhor compreensão dos desdobramentos que culminaria nos atos violentos que os marcariam. Terminando com a conclusão.

BRASIL E COLÔMBIA: CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO

Torna-se importante ressaltar que a partir dos anos 1940 o planeta estava imerso no contexto da Guerra Fria (1947- 1991), acontecimento este, que colocou todas as nações mundiais em um estado de alerta iminente, caracterizado por uma tensão existente entre duas potências econômicas e militar do momento, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pois, estas não tiveram suas questões políticas e ideológicas resolvidas com o fim da Segunda Grande Guerra em 1945. O objetivo de tal situação seria estabelecer o modelo econômico a ser seguido por todos, o capitalismo ou o socialismo.

Brasil e Colômbia foram igualmente inseridos dentro deste cenário, o que causou impactos em suas políticas internas para agradar a externa dos norte-americanos, e assim, ambos pretendiam chamar a atenção para si na pretensão de serem vistos como o principal país na América Latina de acordo com Munhoz (2002).

A Colômbia nesse meio estava em um dos seus mais complexos problemas domésticos, a *La Violencia* (1948-1960). Foi uma situação muito complexa porque envolvia diretamente a participação da população urbana e rural, caracterizada como uma guerra civil, esse período deixou muitos mortos e levando outros tantos a migrar dentro do país, segundo (BAILEY, 1967, p.562. BUSHNELL, 1993, p.205. PALACIOS, 2006, p.136.) “O período, conhecido como *La Violencia*, durou até a década de 1960. Estimativas apontam ente 100.000 e 300.000 mortos no conflito, fora os feridos e pessoas que precisaram fugir de suas cidades”.

Foi dentro deste contexto de instabilidade social interna que o governo do presidente Laureano Gómez (1950-1953) decidiu conjuntamente com seus militares e diplomata que a Colômbia participaria da Guerra da Coreia enviando um batalhão para terras asiáticas sob o comando da ONU. A Guerra da Coreia foi analisada por Santos e Passos (2016) como uma consequência, um excesso, de uma política ineficaz e sem moderação da quebra de braço travada entre as potências norte-americana e euroasiática por poder político, militar e moral.

A Colômbia viu como oportuno ter participação na guerra coreana, mesmo não sendo pressionada diretamente pelos Estados Unidos, conforme (AMARAL E ALVES, 2015, p. 14) “O fato é que a Colômbia não precisava atuar na Coréia. Nenhum dos países latino-americanos o fez, e a pressão aplicada pelos EUA era apenas indireta”. Para os autores não se tratava apenas de se posicionar perante os EUA como um aliado contra o comunismo, mas também de demonstrar um posicionamento pessoal do presidente e de estreitar uma melhor relação militar e comercial com o mesmo, além, de ser um ato que era inerente da diplomacia colombiana.

Para seu povo, Gómez, esperava com essa atitude passar a mensagem de unidade nacional, para ele o sentimento nacionalista poderia ser o fator que faltava para findar a *La Violencia* e assim gerar uma estabilidade social no país, para isso organizou uma cerimônia de partida do Batalhão na fragata Almirante Padilha em 1951, mesmo com este ato de enaltecimento da soberania, a guerra civil perdurou até a década de 1960, de acordo com Amaral e Alves (2015).

No Brasil neste mesmo período, os governos também estavam envolvidos com seu problema doméstico, chamado por (MUNHOZ, 2002, p. 44) de “fechamento político”, que consistiu numa série de medidas tomadas pelo governo para inibir toda e qualquer ação que poderia ou era relacionado ao comunismo, entre elas estavam: tornar ilegal o partido comunista assim como suspender, destituir ou intervir em qualquer movimento, sindicato, associação, jornal ou pessoas que tivessem relação direta ou indiretamente com o comunismo.

Toda essa ação ocorreu em parte por causa da pressão exercida pelos Estados Unidos, que passava a exigir de seus “aliados” latino- americanos uma postura mais voltada para seus interesses, se tratava de manter o domínio sobre o seu quintal, nas palavras de MUNHOZ (2002, pg. 4) “o

governo dos EUA pensava o continente como uma espécie de reserva a ser mantida sob estreito controle” e ideologias que comungavam ser iguais ou semelhante a de seu opositor não poderia ser tolerada, o Brasil não apresentou resistência quanto a este alinhamento, pois, o então presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) também era anticomunista.

Foi em meio a essa tensão social pelo qual o país passava caracterizada pela repressão a direitos políticos acrescentado ao fato que o governo tentou aprovar por meio da Câmara um projeto de lei que pôde ser considerado autoritário porque atacava direitos individuais onde “restringia as liberdades públicas, censurava a imprensa e atacava a estabilidade do funcionalismo e dos trabalhadores do setor privado” (MUNHOZ, 2002, pg. 10) que o Brasil em 1952 foi chamado a enviar tropas para lutar ao lado dos EUA na Guerra da Coreia sob o comando da ONU.

De 1951 a 1954 o Brasil estava sob o comando de Getúlio Vargas que retornava para seu segundo mandato presidencial. O país não se mostrou empolgado com a proposta, mas, se dispôs a negociar, visando obter alguma vantagem para o mesmo, de acordo com (MUNHOZ, 2002, pg. 15) “as nações subalternas, muitas vezes, procuravam explorar a rivalidade entre Washington e Moscou, objetivando atender a certos interesses regionais ou nacionais”. Nas negociações não se chegou a um acordo quanto ao envio de tropas, já que as exigências brasileiras não atendiam aos interesses da grande potência ocidental. Em 1952 o Brasil conseguiu fechar um acordo de Cooperação Militar através do Ministro de Relações Exteriores, o que foi visto como positivo por parte dos integrantes do governo, pois, o envio de tropas não era uma decisão totalmente apoiada nem pelas forças armadas nem pelo governo. Munhoz, (2002)

Brasil e Colômbia também compartilharam da mesma base econômica: a agro exportação, que associado a este mercado estava inserido a tentativa de dinamizar suas bases econômicas através da modernização da indústria, principalmente, após a crise de 1929. Nas décadas de 1940 e 1950 o setor industrial ganhou seu auge nos respectivos países, na Colômbia, a indústria foi impulsionada pela demanda interna e o câmbio gerado pelo boom do café, no Brasil a modernização da indústria estava totalmente atrelada à atividade agroexportadora, tendo também o café como a principal mercadoria de exportação. Em vista deste cenário que se apresentou foi possível posicionar em duas pontas extremas dois atores sociais importantes, o camponês e o fazendeiro, que foram impactados de forma distintas em seus interesses (retirando de um ou beneficiando o do outro).

A modernização da indústria na Colômbia começou em 1930, mas seu auge foi entre os anos 1940 e 1950 “os anos de 1945- 1955 são considerados usualmente como fase de modernização industrial da Colômbia” (MARTÍNEZ, 2014, p.52) apud OCAMPO; TOVAR, 2003). Este fato esteve associado a Grande Depressão de 1929, uma forte crise econômica que golpeou todos os países no mundo. Nesta perspectiva a Colômbia olhou para seu mercado buscando alternativas, opções que

pudessem dinamizar sua economia, para que não ficassem tão aquém da agricultura, a industrialização seria esta alternativa.

Para impulsionar sua indústria o governo se voltou para dois pontos específicos: a Demanda Interna e para o Câmbio, este último foi equacionado pelo setor agrícola, com a exportação do café, (MARTÍNEZ, 2014, p.56) “sempre representou mais de 50% das exportações” no país. Da metade da década de 1940 a metade de 1950 passou por um boom que o valorizou, e assim tornou-se o elemento norteador que proporcionou a compra de maquinário, equipamentos e matéria prima para abertura de novas indústrias em setores diferentes.

Estas mudanças no cenário econômico colombiano foi ocorrendo ao longo dos anos, entre 1930 e 1979, o que permitiu o renascimento de um país “menos agrário e semi- industrializado” (MARTÍNEZ, 2014, p. 58), e, junto com essas transformações vieram também as modificações nas classes sociais no meio rural, pois a indústria também adentraria a zona rural transformando proprietários rurais em também empresários rurais, dando a estes, espaço para questionar uma possível Reforma Agrária através de Agremiações e intensa participação na política e assim impedir o acesso à terra por parte dos camponeses, levando estes a lutarem por elas.

No início de 1940 na Colômbia havia uma Agremiação, na região do Valle del Cauca composta por agricultores e criadores de gado que visavam obter por meio desta estabelecer representação social e política para defesa de seus interesses perante o governo nacional e departamentais. Chamada de a Sociedad de Agricultores y Ganaderos del Valle, a Agremiação os uniu e os tornou mais forte. O setor agropecuário formado tanto por agricultores quanto criadores de gado já tinham atuação política e econômica no país, separadamente, e seus representantes eram figuras atuantes e não se podia determinar quem tinha mais predomínio no cenário econômico de acordo com Zuluaga e Medina (2019).

A participação desses atores em conjunto, os grandes proprietários de terra que também passavam a ser reconhecidos como empresários rurais, já que seus produtos eram exportados, formou uma elite bem específica, e entre seus interesses estava o desejo de modernizar o campo, pois segundo (MARTÍNEZ, 2014, p.58) apud ROMERO, 2005) “no setor agropecuário, os programas de apoio não conseguiram sua modernização pois os processos de tecnificação rural foram muito lentos, seletivos e descontínuos.” E esta modernização poderia ser possível através de uma melhor infraestrutura na zona rural a qual seria promovida pelos governos nacionais vigentes, como estradas e meios de transportes, subsídios monetários oferecidos por meio de empréstimos do Banco Nacional e a oferta de maquinários, e com essas benesses, atenderiam ao propósito de aumentar as exportações dos produtos oferecidos pelo setor.

A Sociedad de Agricultores y Ganaderos del valle (SAGV) tinham suas ideias difundidas por meio da Revista Agrícola y Ganadera, nesta, eram publicados assunto referente a agricultura e criação de gado, mas, também aqueles de cunho político, como combater qualquer proposta de Reforma Agrária. Quando a Ley 200 de 1936 que tratava da Reforma Agrária, foi colocada em pauta pelo governo de Alfonso López Pumarejo (1934 -1938), a defesa exposta pela Agremiação era que tal propósito consistia-se numa ameaça aos proprietários de terra porque o objetivo de estabelecimento de “função social da propriedade² (ZULUAGA E MEDINA, 2019) apud PALACIOS, 2011) (Tradução Nossa) poderia modificar uma ordem já estruturada como também determinaria como a terra passaria a ser usada, além de ter provocado uma “agitação rural” no campo por causa da ideia de redistribuição de terras. (ZULUAGA E MEDINA, 2019) apud BEJARANO, 1985)

foi assumida pelos setores dos grandes proprietários rurais como uma ameaça ao regime tradicional de posse de terras e que, sem dúvida, teve impacto na exacerbação da agitação rural que vinha ocorrendo há algum tempo em diferentes regiões do país, dada a expectativa de redistribuição da terra³” (BEJARANO, 1985, p.187-190). (Tradução Nossa)

A Segurança, “ou a proteção dos direitos de propriedade liberal na linguagem neo-institucionalista” era um assunto “sensível” porque os proprietários de terra atribuíam ser uma “agitação rural” a *la Violência* na zona rural colombiana, mas, para os pesquisadores as razões de tal acontecimento foi mais complexa dependendo da região. Os associados buscavam se blindar através dos benefícios que a Agremiação fornecia.

O início da modernização da indústria no Brasil se deu em 1930, mas, seu auge foi entre os anos de 1955- 1988, considerados usualmente como fase de “industrialização pesada” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 2). Este fato esteve associado a Grande Depressão de 1929, uma forte crise econômica que golpeou todos os países no mundo, nesta perspectiva o Brasil olhou para seu mercado buscando alternativas, opções que pudessem dinamizar sua economia, para que não ficassem tão aquém da agricultura, a industrialização seria esta alternativa, pois de acordo com (ALBUQUERQUE, 2015, pg. 2) “Libertar o país da dependência da agricultura e torná-lo uma nação industrializada não seria uma tarefa fácil, nem rápida.”

O impulsionamento da indústria brasileira durante seu auge ocorreu por meio de dois pontos específicos: a “abertura da economia nacional ao capital estrangeiro e a condição favorável internacional” (VALENTINI, 2014, pg. 83) este último foi equacionado pela Segunda Grande Guerra,

² “función social de la propiedad”. (ZULUAGA E MEDINA, 2019 apud PALACIOS, 2011)

³ fue asumido por los sectores de grandes propietarios rurales como una amenaza al régimen tradicional de tenencia de la tierra y que sin duda incidía en la exacerbación del malestar rural que se venía presentando de tiempo atrás en distintas regiones del país, dada la expectativa de redistribución de la tierra.

pois, como a Europa estava em recuperação, os países do chamado terceiro mundo passou a serem vistos pelo mercado estrangeiro como lugar propício para investimento, segundo VALENTINI (2014, pg. 83-84)

A partir da década de 1950, com o processo de reestruturação dos países diretamente envolvidos com II Guerra Mundial, países de “terceiro mundo” passaram a ser procurados como espaço de investimento. E o Brasil, neste momento, oferecia estabilidade para instalação de empresas estrangeiras, além de inúmeras facilidades (custo irrisório da mão-de-obra, benefícios fiscais, tais como isenções e subsídios) fornecidas pelo Estado brasileiro para tais investimentos.

Estas mudanças no cenário econômico brasileiro foi ocorrendo ao longo dos anos de 1930 a aos de 1980, o que permitiu o renascimento de um país mais industrializado, no entanto, não foi possível excluir totalmente da sua economia as atividades voltadas para o setor agrícola baseado na exportação de bens do setor primário, segundo (ALBUQUERQUE, 2015, pg. 25)

“Durante todo o período de industrialização pós-depressão de 1930, o Brasil não conseguiu alterar a estrutura das suas exportações, nem mesmo no período JK, fortemente baseadas em produtos primários, como café...”

Com essas transformações vieram também as modificações nas classes sociais, pois a indústria adentraria a zona rural transformando proprietários rurais em empresários rurais, dando a estes, espaço para questionar uma possível Reforma Agrária através de Associações e forte participação na política.

O setor agropecuário em 1940 tinha suas representações, como a Sociedade Nacional de Agricultura (1987) e a Sociedade Rural Brasileira (1919) eram Agremiações formadas por atores sociais tanto da área da agricultura como da pecuária, fortemente atuantes no campo político, no entanto, não havia uma unicidade das Agremiações para defesa de interesses, o único ponto em comum que as faziam aliar seus discursos e até mesmo as práticas era quando se tratava Reforma Agrária em que eram veemente contra, além, do apoio mútuo a continuação da estrutura fundiária vigente desde o período colonial- a concentração da propriedade da terra- segundo (MENDONÇA, 2010, pg. 35) a “defesa aguerrida da estrutura fundiária vigente no país, sempre que esta fosse- ou seus representantes a vissem como- ameaça.” Suas discordâncias e defesa para seus agremiados eram expostas por suas respectivas revistas “A Lavoura” e “A Rural”. Cada Associação lutava para serem vistas como a única representante do setor, estavam em constante disputa.

Entre 1940 e 1950 os agricultores tiveram maior destaque no setor econômico em detrimento dos pecuaristas e isso se deu em parte por causa do fortalecimento da industrialização no país que teve como propósito ampliar a atuação econômica do país no mundo, sendo uma ambição compartilhada pelos presidentes eleitos nas duas décadas, segundo (BESKOW, 1999, pg. 66) “da

totalidade do crédito de custeio suprido pelo Banco do Brasil, foram canalizados somente 20% para a pecuária” enquanto para a agricultura “a parcela destinada pelo Banco do Brasil estava fortemente concentrada nas lavouras de café (40%)” (BESKOW, 1999, pg. 65).

Por consequência a agricultura também passou por um processo modernizador, pois, a industrialização não somente não se desvinculou da agropecuária como também a promoveu consideravelmente, a industrialização esteve fortemente atrelada ao setor por meio de uma melhor infraestrutura com construção de estradas e rodovias que cortavam o país, subsídios para investimentos por meio de empréstimos nos bancos estatais e compra de maquinários, inclusive o que passou a ser produzidos no Brasil como tratores e caminhões, segundo (BESKOW, 2019, pg. 64) “Castro conclui que a agricultura não foi um obstáculo à “moderna industrialização brasileira”, situada entre o início dos anos 30 e dos 60, correspondendo na forma e intensidade aos requisitos da industrialização”.

Em vistas destas mudanças sociais nos anos de 1950 as discussões em torno da Reforma Agrária se tornou mais intensa no interior do Brasil, e o Congresso Nacional vigente promoveu sua primeira discussão relacionada ao assunto. O presidente Getúlio Vargas (1951- 1954) para tentar sanar a situação conflitiva entre os setores civis e políticos cria por meio de seu Ministério da Agricultura a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) em 1952, seu propósito era garantir o “estudo e a proposição de medidas para a “economia agrícola e o bem-estar rural” (BESKOW, 2019, pg. 60).

Quando a CNPA publicou a Diretrizes para uma Reforma Agrária logo houve reações negativas por parte da Sociedade Rural Brasileira (SRB) que juntamente com outras federações de Associações dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul por meio da revista A Rural que defendeu ferrenhamente o direito de propriedade sobre a terra como algo inalienável.

E será justamente em nome do “sagrado direito a propriedade privada da terra” que os anos de 1940\1950 também foram marcados por conflitos sociais no campo. Os agremiados não foram alvos de ataques violentos. O uso da violência como uma prática se deu por quem detinha poder, por causa da ocupação de terras desocupadas e os alvos eram os chamados por Feliciano de “sujeitos sociais do campo”, situações estas que segundo autor se dava através de

assassinatos, ameaças, pistolagem, tentativas de assassinatos, destruição de casas, roças, agressão, prisão, despejos, expulsões e torturas sofridas pelos camponeses, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e agentes de mediação nesse Brasil moderno. FELICIANO (2015, pg. 2)

E será por estas desigualdades persistentes, que o fator Reforma Agrária será o cerne da questão, pois, esta não se mostrou uma realidade possível, ocasionando em confrontos armados em tempos e lugares diferentes por todos os territórios nacionais. Cabe ressaltar que é possível afirmar

que até a iminência de tiroteios, por exemplo, houve um longo processo judicial, e por ser muito demorado, os fazendeiros, fazem valer sua vontade através da coerção e intimidação, já os camponeses aguentavam por muito tempo, até responderem da mesma forma objetivando se defenderem, quando percebiam que a justiça e a polícia continuaram sendo omissos.

A violência foi outro ponto de ligação entre estes dois países. Localizado dentro de suas estruturas, impregnado na espinha dorsal, gestado ao longo de suas existências, usada como uma ferramenta de coerção, demonstração de força e subjugação, ocorreu de cima para baixo, dentro de uma organização social estruturada pela desigualdade, tanto nas cidades como nas zonas rurais.

além de ser uma demonstração de mando ou força, é também uma forma de indicar aos de baixo seu lugar social em uma sociedade marcada por profundo sentimento de desigualdade, uma forma de pacificação social que tem como pano de fundo aquele velho estilo de convivência herdado dos tempos da escravidão. LEONIDIO (2012, p. 87)

No Brasil a violência rural é personificada pela figura do pistoleiro, esse, é pago por fazendeiros para aterrorizar e expulsar moradores daquilo que ele chama de suas terras, os camponeses, visto como ocupadores. O pistoleiro é como uma espécie de poder paralelo que circulava livremente assegurado pelo fazendeiro, segundo pesquisadores, os fazendeiros se colocam acima da lei por não pertencerem a mesma classe do posseiro, Leonidio (2012).

A figura do pistoleiro passou a ser “visível” nacionalmente quando sua área de atuação passou da zona rural para a cidade, justamente nos anos de maior acirramento dos conflitos agrários, em 1980, quando também figuras públicas ligadas a movimentos de luta pela terra foram assassinadas e seus autores descobertos juntamente com o mandante.

São homens armados que fazem parte de uma Organização que comete assassinatos encomendados. Os indivíduos que “encomendam” um assassinato a um pistoleiro, o fazem isso por diversos motivos, desde disputas pela posse da terra até conjugais e pessoais. A motivação de um pistoleiro é o dinheiro. Dentro da Organização há o responsável por comandar determinada área, este, será visto como o chefe, para alçar a este posto o candidato precisa possuir atributos como “dinheiro”, “número de comandados” e “pela relação existente com a justiça”, Barreira (2002)

Na Colômbia, o pesquisador Alvarez (2013) identificou os “homens pássaros”, que no interior do país sul-americano estava a serviço não somente dos fazendeiros, mas também com o aval explícito do Estado,

Gaitán [...] e a direção do Partido Comunista, desde 1947, denunciaram perante o governo de Mariano Ospina Perez que o Exército e gangues de pássaros (homens armados) a serviço dos latifundiários estavam perseguindo e assassinando os camponeses. [...] No Congresso da República o ministro de governo José Antonio Montalvo afirmou “defenderemos o Governo a sangue e fogo. ALVAREZ (2013, p.45) apud LOZANO GUILLÉN (2006, p. 40)

Os Pássaros surgiram em meio a “Primeira Onda da Violência” iniciada no final do ano de 1949, quando guerrilheiros e militares estavam em constante embate. Eram um grupo de homens armados e organizados sob o comando de um homem de apelido “Condor”, seu propósito foi provocar o terror na cidade e assim estabelecer sua área de comando, demarcar seu território de domínio e de poder. Matavam pessoas que ocupavam cargos importantes como líderes sindicais, políticos destacados, procuradores ou promotores para que segundo Campos, Fals e Luna (1962), continuasse valendo “suas autoridades”.

Esses homens saíram dos centros urbanos e passaram a pagos para executar camponeses, já que estes, eram aliados dos guerrilheiros ou integrantes de algum grupo de guerrilha, assim o movimento da guerrilha passou a ser inimigo dos Pássaros, tornando-se portanto, um grupo de retaliação à guerrilha.

Os camponeses por sua vez foram muito impactados pela *La Violencia*, porque dependendo do lugar em que estivessem que fosse de domínio de conservadores ou vice-versa o indivíduo para não ser assassinado fugia ou era expulso de sua propriedade, chamavam-na de “guerra política” além de que por medo muitos migravam para outras regiões campesinas ou mudavam para a cidade. De acordo com (VARONA, 2011, pg. 97) “Pessoas de outras regiões, que eram perseguidas no seu lugar de origem, migraram para zona camponesa de Caloto e as pessoas de Caloto tiveram que fugir para outras zonas rurais ou para as grandes cidades.

No entanto, por medo das ações do Exército, da Polícia e dos Pássaros muitos camponeses optaram pela resistência armada e começaram a unir-se para formar grupos de Autodefesa Armada. Com o apoio do Partido Comunista, alguns se tornaram grupos guerrilheiros porque segundo Lõndono (2017) houve uma mudança de compreensão relacionado ao sentido da luta armada que estava sendo travada, não se tratava mais apenas de autodefesa individual e sim de uma luta de classe.

No Brasil, os camponeses também travavam suas batalhas porque viviam em estado de medo, que era estabelecido através de ameaças, destruição de casas, de roças, de estocagem de grãos e mesmo assassinatos de seus líderes, em vista disso, a migração interna se tornou uma opção, mudavam-se de Estado para outro em busca de terras para trabalhar e morar ou então para a cidade, já que suas vidas tinham sido fortemente impactadas com a perda todos os seus bens.

No entanto, percebeu-se uma mudança significativa no comportamento do camponês que obteve assistência pela ala mais radical do Partido Comunista, e assim o camponês estabeleceu uma nova relação com seus opressores, segundo Morais (2012) o camponês adquiriu o que chamou de “independência ideológica” marcado por um radicalismo nas ações como participar de Revoltas e Guerrilhas na perspectiva de mudar o cenário no qual estava inserido. Partir para luta armada

significava proteger o que considerava seu e do companheiro de causa, de acordo com (MORAIS, 2012, pg. 27) “O período de 1948-1954 marca uma fase na qual os camponeses começam a ensaiar sua própria ação, ainda que de maneira um pouco isolada”.

Por fim, conclui-se que a Guerra Fria e o processo de modernização industrial influenciou de forma significativa e diretamente nas políticas internas, econômicas e sociais dos dois países latino-americanos, Brasil e Colômbia, em que seus respectivos governos não souberam equilibrar a balança, mantendo a desigualdade como ordem vigente e obrigando parte da sociedade, a camponesa, a criar mecanismo de defesa mesmo com os avanços econômicos durante as décadas de 1940 e 1950.

OS ANOS DE 1940 E 1950: COLÔMBIA

Na Colômbia, a década compreendida entre 1940 e 1950 ficou marcada pela *La Violência*, este, terá como predecessor o *Bogotazo*, um evento igualmente marcante que começou na capital Bogotá e foi espalhando-se pelo interior do país, deixou um rastro de destruição de prédios, saques a comércios e mortes promovida por todas as partes envolvidas, os populares e o governo.

O *Bogotazo* foi uma ação enfática de uma população pobre sobrecarregada pelo sentimento de injustiça e impunidade. O estopim para a reação agressiva por parte da população foi a morte do líder liberal Dr. Jorge Eliécer Gaitán, ocorrida em 9 abril de 1948, por meio de um atentado em um ato público, este, havia conquistado os camponeses, pois, nos seus discursos identificava-se uma promessa de resolver o impasse sobre a reforma agrária. Na Colômbia a questão da terra se dava por meio de “atribuição de lotes vazios” (RESTREPO,1987), os indivíduos poderiam ocupar as terras que pertenciam ao Estado, o que pode ter contribuído consideravelmente para uma concentração de terras por parte de alguns sujeitos, no entanto, havia muita instabilidade quanto a política agrária, pois, diversas leis foram instituídas com o objetivo de promover mudanças quanto ao uso e titulação das terras, que ora pertencia ao cidadão, ora retornava ao Estado.

Os camponeses presentes esmagadoramente participaram do momento, alguns policiais que inicialmente estava tentando reter a população, aderiram a revolta, ao final, o governo federal conseguiu conter os rebelados, mas a semente para os próximos anos estava plantada, começava a partir daí um novo ciclo que marcaria ainda mais os colombianos. (LOT, 2018, p.8)

O período conhecido de *la Violência* foi dividido em cinco partes, a seguir “1. Criação de tensão popular, de 1948 a 1949. 2. A primeira onda de violência, de 1949 a 1953. 3. A primeira trégua, de 1953 a 1954. 4. A segunda onda de violência, de 1954 a 1958. 5. A segunda trégua, em 1958”. CAMPOS, FALS E LUNA (1962, pgs. 36-37)”

A primeira onda tem seu cerne em torno das eleições presidenciais de 1949, o partido que a perdeu, o Liberal, acusou seus opositores de terem usurpado a faixa presidencial, pois afirmavam que

o processo eleitoral havia sido fraudado, em vista destas acusações o Partido Conservador começou uma campanha de perseguição contra seus acusadores e todos os seus apoiadores localizados tanto na cidade como na zona rural e para isso utilizava o aparelho policial.

No meio das disputas de interesse entre os membros dos partidos estava a população que consumia a rivalidade entre eles, a situação foi brutal, entre cidadãos, de polícia contra cidadãos, de cidadãos contra polícia, os grupos guerrilheiros surgidos em meio ao caos como autodefesa eram acolhidos pelos camponeses, estes viam, na guerrilha armada a proteção que o Estado não proporcionava. A repressão se tornou a palavra de ordem no governo conservador, padres denunciavam incêndios de casas, roubos de colheitas e animais, violações e assassinatos.

Em 9 de abril de 1948 os dois e únicos partidos políticos colombianos, o Liberal e o Conservador, fizeram acordos para governarem juntos e nomearam um inimigo em comum, o comunismo, e os comunistas colombianos apoiados por outros países latino-americanos, seriam os grandes culpados pelo infortúnio passado pelos camponeses ao longo desses anos. No entanto, a situação da violência não se apaziguou, nas palavras de (ALVAREZ, 2013, p. 53) “pelo contrário, foi aumentando. A instabilidade se mantinha e a crise parecia agravar-se”.

Em 13 de junho 1953 houve um golpe de Estado na Colômbia implementado pelo Tenente General Gustavo Rojas Pinilla, baseado em um discurso de pacificação dos conflitos. Criou-se campanhas para convencer a população que estava armada a entregar seus armamentos, segundo (CAMPOS, FALS E LUNA, 1962, p. 100) “foi concedido indulto parcial com redução de um quarto da pena para os presos políticos e de um quinto para os condenados por crimes comuns, através do Decreto Nº 1546 de 22 de junho de 1953”. Os guerrilheiros que estavam escondidos em aldeias e montanhas não tardaram em entregar as suas armas, pois também estavam cansados e querendo normalizar suas vidas novamente, no entanto, havia certa desconfiança nessa ação de pacificação.

Instalou-se nos Departamentos comitês que pudessem auxiliar os que foram diretamente afetados pela violência. O Dr. Jorge Bejarano, diretor do comitê através do Departamento de Terras e do Departamento Jurídico elaborou um projeto de lei que tinha como premissa restabelecer posse da terra aos camponeses que saíram das mesmas por medo da violência (Reabilitação), se empenhou também na Proteção Física da população pobre e rural. Este plano que parecia ser uma solução não foi consolidado porque a verba que o governo militar direcionou não foi suficiente, levando o projeto ao fracasso, segundo CAMPOS, FALS E LUNA (1962, pg. 122)

É claro que o plano estava fadado ao fracasso por falta de dinheiro. Analisando os auxílios oficiais, é preciso dizer que eles eram transitórios, precários, insuficientes e descontínuos. O objeto predeterminado não foi alcançado com eles. O problema

havia excedido catastróficamente todas as possibilidades da nação⁴. (Tradução Nossa)

Uma fina camada de paz havia sido estabelecida entre as partes conflitantes, principalmente por parte dos camponeses, já que estes foram os mais impactados pela violência, pois, não gerou um sentimento de segurança nestes, primeiro porque os problemas deste grupo e da população pobre urbana não foram resolvidos: miséria, desemprego, fome, permaneciam e a terra continuavam sendo ponto de infortúnio dos camponeses, gerando a insatisfação destes, o que alimentava o clima de tensão.

Segundo (CAMPOS, FALS E LUNA, 1962) o que fez com que a frágil paz fosse rasgada, partiu de ações promovidas pelo governo militar, tropas oficiais do exército promoveram o massacre de vários camponeses em 12 novembro 1954. No ano seguinte para transbordar um copo já cheio a zona rural dos Departamentos de Villarica, Carmem de Apicalá, Icononzo, foram transformadas em uma “Zona de Operações Militares”, e nestes lugares o exército promovia o medo, a violência física e psicológica, abusos sexuais, o roubo, a destruição de gado e colheita, além destes, ainda havia a presença dos “*los pássaros*”.

A Segunda Onda foi ainda mais forte e mais violenta, porque todo o aparelho oficial do governo, o exército, foi utilizado com toda a sua força, munição pesada, metralhadoras, tanques, carros blindados, avião contra camponeses ao longo dos vários postos espalhados nos Departamentos.

Em vista disso a guerrilha mais uma vez se ergueu com suas espingardas e armas não tão rebuscadas como as do exército, mas, o conhecimento sobre o território os deu vantagens para contra-atacar e por vezes fazerem as tropas recuarem, ela não se constituiu em um grupo apenas e sim em vários estando presente de forma organizada ao longo do território rural colombiano que se constituíam primordialmente de camponeses. Existentes desde a Primeira Onda, esses comandos guerrilheiros não combinavam suas ações entre si, pois o objetivo de cada uma seria proporcionar a segurança de sua região e da população local, os guerrilheiros eram vistos como protetores e por isso mesmo eram protegidos pelos campesinos, e muitos destes entravam para as guerrilhas, porque a partir dela também se projetou o desejo de lutar por suas terras, de acordo com (CASTRO, 2019, pg. 79) se “intensificou a concentração de terras” por parte de grandes fazendeiros, então a luta armada seria a solução porque os posseiros sentiam-se abandonados pelo governo nacional e Departamental. Segundo Campos, Fals e Luna, (1962) eram pelos 13 grupos que identificaram, estes, tinham

⁴ Es evidente que el plan estaba abocado al fracaso por falta de dinero. Haciendo un análisis de los socorros oficiales, debe decirse que fueron transitorios, precarios, insuficientes y discontinuos. No se alcanzó con ellos el objeto prefijado. El problema había superado catastróficamente todas las posibilidades de la nación.

propósitos e ideias comunistas, receberam assistência, mas, não chegaram a ser formados pelo Partido, pois isto somente ocorrerá em 1964 com as FARC.

Com os guerrilheiros novamente em ação a guerra civil estava confirmada mais uma vez, mulheres, crianças, e idosos camponeses eram alvos fáceis pegos em meio a fuga para as montanhas, a migração tornou-se algo inevitável, procurar um lugar seguro seria a melhor ou a única opção. A ditadura militar terminou em 1957. Os políticos civis do partido Liberal e Conservador retornaram ao poder e fizeram um acordo para governarem juntos novamente, neste, dividiram cargos públicos.

A Reforma Agrária não foi efetivada apesar de ter havido algumas tentativas nos governos conservadores mais sem êxito. O governo Militar iniciou um processo de colonização que durou dezenove meses, mais também não foi consolidado, não houve um consenso entre as propostas do governo e interesses dos agroexportadores, segundo Restrepo (1987).

Conclui-se que tanto o governo Conservador como o Militar não conseguiram apaziguar os conflitos no contexto da *la violencia* e em alguns momentos estes foram intensificados, principalmente na zona rural, colocando os camponeses numa delicada situação de autoproteção contra o governo, as forças policiais, do exército e de bandidos, a *la violència* dimensionou as relações de desigualdade sociais e o jogo de interesses dos agroexportadores.

OS ANOS DE 1940 E 1950: BRASIL

No Brasil, as décadas compreendida entre 1940 e 1950 foram marcadas por alguns eventos significativos que envolveriam diretamente os camponeses e sua luta pela terra, como Revoltas e uma Guerrilha que seriam conhecidas nacionalmente, e, tornando-se marcantes na região onde ocorreram porque resultou em conflitos armados com enfrentamentos diretos entre a força estatal policial e pistoleiros contra posseiros, ocorridos principalmente em lugares em que haveria tido segundo Moraes (2012) maior “politização” por parte de militantes radicais do Partido Comunista.

Em 1948 o Brasil estava sob o governo do general Eurico Gaspar Dutra que venceu a eleição de 1946, seu governo marcou o início da chamada Quarta República, o General ficaria no cargo até 1951, seguia a tendência liberal na economia e nos ideários, buscados através da industrialização no país e do estreitamento nas relações internacionais, principalmente com os EUA. A Constituição vigente foi promulgada a 18 de setembro de 1946, esta, considerada por pesquisadores como democrática e republicana por reforçar os direitos conquistados anteriormente, era marcada pelos princípios liberais. Em relação a Reforma Agrária a Carta estabelecia no artigo 147 que a propriedade rural teria caráter de função social, o uso da terra pela família promoveria o bem-estar da mesma.

Os escritos constitucionais ainda estabeleciam que a distribuição seria proporcionada pela União de forma igual e oportuna para todos, mas, para atingir este objetivo a mesma estabelecia que

desapropriação para realização de distribuição somente ocorreria por meio de indenização em dinheiro, tornando-a inviável, por parte dos pequenos lavradores que não dispunham de recursos financeiros suficientes, além disso, ainda não incluía os trabalhadores do campo como indivíduos contemplados pelos direitos trabalhistas.

A feitura desta Constituição tinha entre os parlamentares eleitos que ajudaram na sua elaboração membros do Partido Comunista, isto, somente foi possível porque entre os anos de 1945 e 1947 os pequenos agricultores se movimentaram intensamente nos estados da federação, orientados por membros do partido, estes, tinham como objetivo trabalhar com massas rurais, organizando os trabalhadores através das Ligas Camponesas que estavam espalhadas por todos os Estados, as Ligas Camponesas eram organizações que não eram independentes em relação ao Partido, mas, foram essenciais para a vitória dos parlamentares comunistas, Moraes (2012) afirma que eram os únicos que se dedicavam a olhar para os problemas rurais.

Aos seis meses após a promulgação da Constituição, o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade pelo governo Dutra (1946-1951), com esta ação as Ligas Camponesas foram seriamente afetadas perdendo quase imediatamente sua força de atuação e após fechamento de seus núcleos, os camponeses que faziam parte da organização também foram fortemente perseguidos, mortos e presos pelo governo assim como os militantes do partido e os parlamentares que nem possuíam mais seus mandatos, marcando assim a violência cometida por parte do governo federal.

Entre os anos de 1948 e 1954 as Ligas Camponesas continuaram agindo na clandestinidade, a falta de recursos e pessoas, exilaram os resistentes a núcleos urbanos, e as que funcionavam extra legalmente sempre eram reprimidos brutalmente pela polícia ao promover atos públicos. Em vista desse cenário que se apresentava camponeses que procuravam a ajuda do partido recebiam um apoio pouco efetivo ou então tentavam se organizar sozinhos e foi assim que segundo (MORAIS 2012, p. 24) “destacou-se com grande influência ideológica do radicalismo de alguns estratos urbanos que conseguiram infiltrar-se no movimento camponês.”

Esses grupos independentes ideologicamente brotaram no interior dos Estados, longe dos centros urbanos, onde o trabalho anteriormente feito pelos partidários do comunismo havia deixado suas raízes, eram pessoas que haviam se “conscientizado” (MORAIS, 2012) em torno de seus direitos e conheciam a oratória política, onde a agricultura de subsistência fazia parte das atividades de sobrevivência desses camponeses, posseiros que organizados em grupos e com uma nova visão acerca de seus direitos sobre a posse da terra, começaram a defender suas propriedades de quem pretendia tomá-las e essa autodefesa resultou em alguns confrontos armados, que será elencado por Moraes (2012) como de grandes proporções.

A Guerrilha de Porecatu, 11/1950 a 8/1951, resultado de um longo processo judicial entre posseiros e grileiros por terras localizadas no município de Porecatu no estado do Paraná. Envolveu-se posseiros, jagunços e policiais, o objetivo consistia em defender-se e lutar pelas terras litigadas. A Revolta de Dona Noca ocorrida em 1951, no Maranhão teve como origem a tentativa de impedimento a posse como governo estadual o político Eugênio Barros. Dona Noca que era prefeita de São João dos Patos organizou e armou camponeses. Ao montar uma milícia camponesa conquistou várias cidades, mas, dissolveu-se em 30 dias, após seu início, ao serem derrotados. A Revolta de Trompas e Formoso, de 1955 a 1960, ocorrida em Goiás, a revolta foi resultado da disputa não somente pelas terras ocupadas por famílias de posseiros desde os anos de 1940, mas também como forma de se defenderem, já que o grileiro atuante na região queria torná-los arrendatários e cobrar 30% do arroz produzido pelos mesmos. Armados enfrentaram a polícia e jagunços, obtendo sucesso, conseguiram organizar-se após a titulação das posses. Com o golpe de 64, as terras foram tomadas e distribuídas pelo governo vigente no período, tornando os camponeses da revolta, inimigos, muitos foram perseguidos, mortos, presos e alguns atualmente continuam como desaparecidos políticos, como é caso de José Porfírio, líder da Revolta.

Todos estes conflitos ocorreram em regiões em que os líderes: das Ligas Camponesas (Revolta do Porecatu); Joana da Rocha Santos (Dona Noca); José Porfírio (Trompas e Formoso) que organizaram e armaram os camponeses pertenciam ou eram simpatizantes do partido comunista, mesmo enfraquecido e na ilegalidade, as ações do partido encontrava sua efetividade através de seus membros de forma direta ou indireta.

Neste mesmo período as Ligas Camponesas ganharam um folego novamente, líderes de destaque surgiram para restaurar, reestruturar e reorganizar os camponeses dentro dos moldes das ideias comunistas, para isso, buscou e conseguiu apoio no meio político, entre liberais principalmente, estes, admitiram e reconheceram o direito dos camponeses de lutar pelas terras que viviam. As ligas Camponesas conseguiram se manter nas ações e continuavam discursando e promovendo eventos que defendia a efetivação da Reforma Agrária juntamente com militantes do Partido Comunista até 1964, quando as Ligas, deixou de existir com o golpe militar.

CONCLUSÃO

Nos países latinos americanos estudados, as violências sofridas por parte de camponeses parte de conjunturas estruturais, enraizados no cerne de sua política e de sua econômica, onde teve forte atuação nestes campos de atores que obtinham o poder legalmente ao adentraram nos espaços legislativos pra defender os interesses das camadas sociais a qual pertenciam, personagens que começaram a se moldar a partir do processo de industrialização ocorrido em ambos os países nos idos

nos anos de 1930 e ganhando seu auge nas décadas de 1940 e 1950. Saindo do papel de agropecuário para empresário rural, munido de um discurso de direito à propriedade da terra e a não violação deste, para não qualificar como uma “injustiça” a este grupo social, pois a ideia de uma reforma agrária era apresentada como uma afronta através de suas revistas.

Os camponeses, sujeitos que por ambição maior objetivavam conquistar o direito a terra depois de anos trabalhados e vivenciados na mesma, não obtiveram a mesma representatividade de forma majoritária e enfática de modo que pudessem modificar as bases da lei para seu benefício definitivamente, mas, foi um grupo social que nunca esteve sozinho em sua luta pelo direito de acesso à terra de maneira incondicional, pois, sua base de apoio eram eles mesmos, políticos simpáticos a causa, inclusive elegendo os seus, a igreja. Um grupo que através do contato com novas ideias e novos conhecimentos se lançaram na luta contra a injustiça, inclusive via armada, por sua proteção e seus companheiros.

Em vista destes personagens antagônicos, nos dois países latino americanos a situação de enfrentamento se mostrou dura e crua, principalmente para o campesinato, que foi tido por quem os atacava ser o lado mais fraco. Não sendo iniciados pelos mesmos que partiam para o combate quando se viam acuados em seus direitos, ataques verticais, de cima para baixo, mas, que receberam a ajuda massiva do Partido Comunista no Brasil e mesmo na Colômbia, onde, evidencia-se aí a omissão do Estado através de seus chefes de governos nacionais, capitalizados por um sistema econômico que encontra seu ponto de sustentação na permanência da desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. *Desenvolvimentismo nos Governos Vargas e JK*. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. UFFS. Vitória (ES). 14 a 16 de setembro de 2015. 28 p.

AMARAL, Pedro Accorsi; ALVES, Vágner Camilo. *O processo decisório em política externa: a decisão da Colômbia de enviar tropas à Guerra da Coreia*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis (SC). 27 a 31 de julho de 2015. 16 p

AVILEZ ALVAREZ, Mauricio José. Camilo Torres e o Amor Eficaz. *As origens da Teologia da Libertação e a Insurgência Armada Colombiana*. Mauricio José Avilez Alvares: Orientador Valério Guilherme Schaper. São Leopoldo: EST\PPG, 2013. 161 p.

BARREIRAS, César. *Pistoleiro ou Vingador: Construção de Trajetória*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul\dez 2002. 52-83 p.

- BARROS, José D'Assunção. *História comparada, – um novo modo de ver e fazer a história*. Revista de História Comparada. volume 1, número 1, jun./2007. 30 p.
- BESKOW, Paulo R. *Agricultura e Política Agrícola no Contexto Brasileiro da Industrialização do Pós-guerra (1946-1964)*. Estudos Sociedade e Agricultura, 12, abril 1999. 56-79 p.
- CAMPOS, German Gusman; BORDA, Orlando Fals; LUNA, Eduardo Umaña. *La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social*/German Campos Guzman; Orlando Fals Borda; Eduardo Umaña Luna. 2ª ed. Ediciones Tercer Mundo, Bogotá, 1962, 456 p.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. *Conflitos por terra no Brasil e na Colômbia: mecanismos de apropriação privada e os camponeses como sujeitos coletivos de direito / Luís Felipe Perdigão de Castro; orientador Daniel Bin -- Brasília, 2019*.
- FELICIANO, C. A. *A prática da violência no campo brasileiro do século XXI*. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia, 2015. 20 p.
- LEONIDIO, Adalmir. « *Violência e desigualdade: Reflexões sobre o problema da violência rural no Brasil contemporâneo* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 97 | 2012, p. 85-106. Colocado online no dia 19 abril 2013, criado a 30 abril 2019. URL <http://journals.openedition.org/rccs/4943>; DOI: 10.4000/rccs.4943
- LONDOÑO, Quintero Sergio. *Guerra y Paz en Colombia: Introducción al caso de las Farc*. doi 10.12957/rep.2017.30375. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro- 1º Semestre de 2017 - n. 39, v. 15, p. 33 – 50.
- LOT, Bruno Proença Magno. *Acordo de paz colombiano: Cooperação internacional para a criação da paz*. Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2018. 34 p.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão- Agrária no Brasil: a classe dominante agrária- natureza e comportamento 1964-1990* \Sônia Regina Mendonça; João Pedro Stedile (org.)—2.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas no Brasil (1969)*. In: *A Questão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas 1954 -1964/ João Pedro Stedile (org.) – 2ºed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224 p.*
- MORALES MARTÍNEZ, José Daniel. *As Leis de Kaldor na Colômbia para o período de 1975-2010* \José Daniel Morales Martínez. — 2014. 153 f.
- MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Diálogos, DHI/UEM, v. 6. 2002. p. 41-59.
- OSEJO VARONA, Alejandra. “*Nós os camponeses*”: *Território e Identidade no movimento pelo estabelecimento de zonas de reserva campesina no Norte do Departamento Del Cauca (Colômbia)* \Alejandra Osejo Varona. Porto Alegre, 2011. 145 f.: il.

RESTREPO, Mariano Arango. *Esquema de políticas de reforma agraria en Colombia*. Lecturas de Economía. N°. 23. Medellín, mayo-agosto de 1987. pp. 197-220.

SANTOS Mieny Cássia Nakamura dos; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *A Guerra da Coreia (1950-1953): um estudo sob a ótica do legado teórico de Edward Hallet Carr*. Revista Científica da FFC. Dossiê: Teoria das Relações Internacionais. v. 14 n. 1, 2014, p. 39.

VALENTINI, Juliana. *Sociedade Rural do Paraná. Organização e Atuação da Fração Agrária da Classe Dominante Regional* \ Juliana Valentini. Marechal Cândido Rondon. 2014. 163 p.

ZULUAGA, Julio Cesar; MEDINA, Víctor Cobo. *Acción Colectiva y Representación gremial: el caso de la sociedad de agricultores y ganaderos del valle, colombia, 1940-2002*. Documento de Trabajo FCEA. ISSN 1909-4469 / ISSNe 2422-4642. n°.42. Cali. 2019. p. 4